



# Anais da Assembleia

Nº 120

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 184.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1977

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e José Domingos Scarpelini.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Nelson Buffara (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata, nos trabalhos de hoje, de um voto de louvor ao naturalista ELÁDIO DEL ROSAL, Executor do Projeto de Preservação e Fiscalização da Fauna, da Coordenadoria de Defesa dos Recursos Naturais Renováveis, da Secretaria da Agricultura do Estado, pelas providências que adotou em relação à apreensão, por pescadores de Guaratuba, de uma Tartaruga Gigante, pesando cerca de seiscentos quilogramas, espécime marinho em extinção, sendo a sua captura proibida em Lei estabelecida pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

Requer ainda, que se estenda ao povo de Guaratuba, através envio de ofício ao Sr. Prefeito Municipal daquela cidade litorânea, os cumprimentos e louvores desta Casa de Leis, pela sensibilidade demonstrada com relação ao assunto em tela, festejando sua soltura a quatro milhas da Costa, após inscreverem no casco da tartaruga a data e o local de sua captura e posterior liberação.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1977

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

### JUSTIFICATIVA:

Entendendo ser desumano manter em cativeiro o colossal anfíbio, pesando aproximadamente 600 quilos e com cerca de 300 anos, o Sr. ELÁDIO DEL ROSAL, determinou, prontamente, que a Tartaruga fosse devolvida ao fundo do mar, por-

quanto presa, ela não teria condições de sobrevivência, ficando sujeita a enfrentar a morte. Este raro espécime, do gênero "Dermochelis", sem escamas, cujo tipo encontra sérias dificuldades fora do seu habitat natural, foi levada pela correnteza marítima, até as proximidades de Guaratuba, sendo apreendida por pescadores locais e até mesmo já havia sido negociada quando se deu a intervenção da citada autoridade, obedecendo à Portaria da SUDEPE, que regulamenta a pesca e proíbe, terminantemente, que se apreenda anfíbios dessa rara espécie.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer um voto de congratulações à Diretoria do BAMERINDUS.

A data de hoje é de grande importância para o setor econômico para nosso Estado, porque vemos passar 25 anos de existência de um dos mais tradicionais estabelecimentos bancários do Brasil.

Em 1929, o Banco Popular e Agrícola do Norte Pioneiro e neste 1977 o BANCO BAMERINDUS DO BRASIL conta com 512 agências atendendo 14 Estados da Federação.

Avelino Vieira, de saudosa memória, deixou Tomas Edson de Andrade Vieira, a dirigir os destinos deste grande Banco.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações, que segue:

1o. — Informar o número de acidentes de trânsito ocorridos no Paraná, correspondentes ao ano imediatamente anterior ao início da rigorosa (?) fiscalização que estabeleceu velocidade máxima de 80 km horários nas rodovias e normas mais drásticas (?) nas vias urbanas. Informar o número de veículos registrados.

2o. — Da mesma forma, esclarecer o número de acidentes ocorridos no ano imediatamente após o estabelecimento da fiscalização referida no item primeiro. Informar o número de veículos registrados.

O assunto foi debatido com notável inteligência pelo eminente Vereador Prof. JOSÉ TADEU BENTO FRANÇA, na Câmara Municipal de Maringá. Afirmou o nobre representante maringense que as taxas securitárias atingem níveis exorbitantes que realmente configuram disparidades inaceitáveis à bolsa popular.

Informações preliminares dão conta de que o índice de acidentes de trânsito diminuiu em torno de 20 por cento para mais após as drásticas normas Ministeriais de controle de velocidade no intuito de proporcionar economia de combustíveis. Comprovada a diminuição de acidentes, é de se reivindicar do Governo Federal a justa determinação no sentido de que os preços de SEGUROS DE VEÍCULOS sejam obrigatórios ou espontâneos; TENHAM SEUS CUSTOS DIMINUÍDOS NA MESMA PORCENTAGEM.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, formulando apelo no sentido de determinar à Secretaria dos Transportes, o imediato asfaltamento do prolongamento da Avenida Senador Souza Naves, em direção à BR-376, num trecho inferior a 4 quilômetros, em Paranavaí.

Justificando o presente apelo, temos, Sr. Presidente, que Paranavaí, cidade do noroeste, é possuidora de vários requisitos suficientes para torná-la, em pouco tempo, uma das maiores do Paraná. Com efeito, bastaria citar entre os principais a sua agropecuária, em franco desenvolvimento, e sua privilegiada situação geográfica. Por isso mesmo, deveria merecer maior atenção do Poder Público Estadual que tem recebido do Poder Público Municipal, além de vultuosa soma através dos impostos, a compreensão dos Srs. Prefeitos que não têm medido esforços para atender a pretensão do Estado no sentido de instalar suas repartições em próprios municipais.

Tem sido assim, há vários anos. Atualmente, lá estão funcionando o Batalhão de Polícia Militar, a Secretaria da Agricultura com o seu núcleo regional e, o Posto de Saúde em prédios pertencentes à municipalidade. Recentemente foi instalada a Vara de Família, e Anexos da Comarca em prédio do município, porque o Edifício do Fórum, pertencente ao Estado, não oferecia condições suficientes à sua instalação e funcionamento. O Tribunal do Júri periodicamente se reúne na Câmara Municipal e o Estado do Paraná recentemente recebeu do Município de Paranavaí doação de imóvel e promessa de mão de obra para a construção do futuro Fórum da cidade. Diante de tantas vantagens, conferidas com tanta facilidade e gentileza pelo Município ao Estado, é de se esperar com a mesma naturalidade a retribuição de benefícios por parte do Governo do Estado do Paraná, objetivando a meta principal qual seja o engrandecimento do Município e do Estado.

No prolongamento da Avenida Senador Souza Naves, em direção à BR-376, num trecho inferior a 4 quilômetros, estão sediadas várias indústrias, entre elas o Frigorífico Morumby; Laticínios LECO S/A e a INDIPASA — Indústria de Óleos Pacaembu S/A. Além dessas indústrias que nos três últimos meses (junho, julho e agosto) carregaram para os cofres do Estado a significativa importância de Cr\$ 6.619.654,91 (seis milhões, seiscentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e quatro cruzeiros e noventa e um centavos), situam-se à margem do referido trecho, o Matadouro Municipal, o Clube Campestre, que congrega milhares de associados, e o futuro Campus Universitário, cujas obras serão brevemente iniciadas, pois a municipalidade já recebeu a notícia da aprovação do seu projeto de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$ 11.000.000,00, daí deduzir-se a importância do asfaltamento no trecho solicitado. A quantia acima referida de seis milhões, seiscentos e dezenove mil e seiscentos e cinquenta e quatro cruzeiros, corresponde ao ICM pago ao Estado nos três meses passados, seria suficiente para fazer face às despesas do asfaltamento pretendido, porque, como é sabido, um milhão de cruzeiros é o preço de um quilômetro de rodovia de baixo custo.

Diante de tal argumentação, espera o Parlamentar que o presente subscreve, que o Governo do Estado do Paraná atenda a solicitação deste Poder Legislativo, colaborando, deste modo, para o engrandecimento do município que tanto tem contribuído para os cofres do Estado.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário,

que se oficie ao Exmo. Sr. Governador Jayme Canet Júnior, solicitando o interesse pessoal do Chefe do Executivo paranaense, com relação aos problemas cruciantes da localidade de Mauá, em Marilândia do Sul, hoje desassistida em vários dos aspectos de sua vida social, notadamente, no que tange ao policiamento, à deficiência de escolas, à necessidade de instalação de um sistema monocal de telefonia e ainda com vistas à criação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, pois que se resente da ausência de estabelecimentos bancários, mesmo à despeito da intensa atividade industrial e comercial que ali hoje se verifica.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

#### JUSTIFICATIVA:

Na afirmação de que os municípios e distritos são células vivas do Estado e da nacionalidade, vamos encontrar o fundamento maior para justificar o presente requerimento.

Mauá é hoje, inegavelmente, uma localidade das mais progressistas da região Norte Novo de nosso Estado e, efetivamente, está necessitando das atenções especiais do Poder Executivo, pois enfrenta uma série de problemas que as autoridades municipais não têm condições de solucionar, pois, na mesma medida em que crescem as necessidades, mais premente se torna a presença do Governo do Estado, através suas Secretarias e Departamentos autárquicos ou para-estatais.

Apesar do surto de crescimento que vem tendo nos últimos tempos, Mauá tem sentido aumentar, a cada dia que passa, a deficiência do setor policial, que conta somente com uma única autoridade que é o INSPETOR DE QUARTEIRÃO, sem contar com um elemento sequer da Polícia Militar do Estado — ou de agentes da Secretaria de Segurança Pública, ou ainda, de um escrivão de polícia para atender as ocorrências que surgem, eventualmente. Por outro lado, anote-se a mesma deficiência no setor educacional, em especial, no espaço físico, pois, as obras de edificação do Grupo Escolar, iniciadas há mais de dois anos, estão praticamente paralisadas, desconhecendo-se os motivos que determinaram esta estagnação. Ora, possuindo um invejável parque industrial e uma população que aumenta, gradativamente, Mauá clama por melhores condições de ensino — além como, reclama os benefícios da instalação de um sistema de telefonia que permita àquela gente laboriosa, um meio de comunicação — o mais rápido e econômico, de que são dotadas hoje muitas e muitas localidades e distritos interiores. Também se resente a população de Mauá, pela notória ausência de estabelecimentos bancários — e conquanto promessas feitas por entidades creditícias de renome, que operam em nosso Estado, até agora não conta com uma agência bancária sequer. Assim sendo, tomamos a liberdade de anexar ao presente requerimento, ora amplamente justificado, recorte do jornal "Tribuna da Cidade", que se edita em Apucarana, edição de 11 de setembro corrente, que trata, com especial relevo, dos problemas aqui por nós enumerados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para encaminhar um requerimento.

(Lê): "Temos motivo de grande satisfação hoje ao registrar os 25 anos de fundação do Banco Bamerindus do Brasil S/A, fundado a 23 de setembro de 1952, na sucessão do Banco Meridional da Produção, que Avelino Vieira impulsionou e transformou num dos grandes estabelecimentos financeiros do País.

Motivo de júbilo dos paranaenses, que vêem a iniciativa empresarial deste Estado consolidar uma grande obra, o

Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A, que a expressão Bamerindus popularizou e terminou por prevalecer como nome, marca o espírito empreendedor e a tenacidade de Avelino Vieira e seus sucessores.

Hoje a Rede Nacional Bamerindus engloba 18 empresas nacionais surgidas da expansão das atividades do Banco Bamerindus, sendo um dos primeiros bancos do País com agências nas principais cidades brasileiras.

No Paraná a rede Bamerindus cobre as principais cidades do Estado e contribui decisivamente para as atividades econômicas e sociais. Sua carteira rural vem crescendo de importância ao acompanhar a expansão agrícola em todas as regiões do Paraná. Ali onde a urbanização organizada reflete a pujança econômica, com toda a certeza encontraremos o símbolo dessa empresa que caminha ao lado do desenvolvimento, a ele ligada e contribuindo para a circulação das riquezas". É o seguinte o requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de regozijo pelo 25o. aniversário de fundação do Banco Bamerindus do Brasil S/A, que transcorre nesta data.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

É de todos conhecida a atuação do Banco Bamerindus do Brasil SA', uma das grandes empresas brasileiras e matriz de um conglomerado de 18 importantes empresas de âmbito nacional. Empresa nascida no Paraná, formada e desenvolvida por iniciativa de empresários paranaenses, tem contribuído de forma destacada para o progresso do Estado e do País.

Daí ser de inteira justiça a homenagem que se presta aos empresários e à empresa".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, está escrito como segundo orador o Sr. Deputado Enéas Faria, que está com a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não sou afeito a estar a contestar ou analisar declarações da área governamental que eventualmente possam dirigir a este Deputado.

Todavia, de alguns dias já até hoje, a bateria da imprensa ou da divulgação, mantida pelo contribuinte paranaense, está sendo mobilizada pelo Sr. Secretário dos Recursos Humanos, para tentar desmentir algumas evidências que, nesta Casa, têm sido denunciadas.

O Sr. Secretário dos Recursos Humanos em todos os episódios e em todos os momentos que manteve relacionamento com esta Casa, e em especial, com este Deputado, recebeu a deferência que merece a função que ocupa.

Jamais, em momento algum, faltou a ética, a lhanza e o cavalheirismo no trato e no relacionamento com S. Exa. Aliás, conduta que S. Exa. esquece agora, para dar respostas a algumas questões levantadas na Assembléia Legislativa.

Há dias atrás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, levantei e denunciei a omissão no cumprimento de uma lei aprovada por esta Casa e sancionada pelo Sr. Governador e que tratava de interesse de uma grande coletividade do funcionalismo público paranaense: o professorado de nível primário, de professorado de 1o. grau.

Exigia a lei o pagamento dos novos benefícios a partir de 1o. de agosto. Tempo teve o Governo para se preparar e conferir os pagamentos. Decorrido o mês de agosto esse pagamento não ocorreu. Foi denunciado o fato e se buscou saber quais as razões que levaram o Governo a se omitir.

Dias atrás, também nesta Casa, o Deputado Valter Pietrângelo levantou uma questão de profunda importância, porque diz respeito, também, às necessidades e às vicissitudes de outro ponderável contingente do funcionalismo público do Estado,

que é a Polícia Militar e, que mais do que ninguém, precisa, pelo menos, de tranquilidade financeira para cumprir a sua função de preservação da ordem.

Há dias atrás, esta Casa aprovou e já há alguns dias se encontra no Palácio do Governo, projeto da lavra do Sr. Deputado Maurício Fruet, tratando da reciprocidade, para o funcionalismo público do Estado.

Em verdade, o que não disse antes, digo agora — O Sr. Secretário dos Recursos Humanos, ou por incompetência, ou por omissão, ou por qualquer outra razão, pouca atenção tem dado, ou quase nenhuma atenção tem dado, às coisas de sua Secretaria. E quando aculeado, e quando pressionado, e quando denunciado, S. Exa., ao invés de cumprir o que tem de cumprir; ao invés de fazer o que tem de fazer e, ao invés de ser o Secretário da Pasta para o qual foi nomeado, S. Exa. se vale dos poucos recursos orçamentários para a divulgação e investe contra aqueles que, no cumprimento de sua missão, têm o dever e têm a obrigação de levantar essas questões.

Vim, hoje, à tribuna, para fazer este registro. Se S. Exa. o Sr. Secretário, a quem sempre dediquei tratamento respeitoso que a função exigia, se S. Exa. o Sr. Secretário, pretender continuar na linha de conduta que vem pautando, pode contar, também, S. Exa., que receberá, a nível, as respostas que está buscando e que está provocando.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra, com satisfação, ao Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chegamos a não ter dúvidas de que estamos dando a última passada para o fim.

Há, mais ou menos, 15 dias, iniciamos um programa de rádio, na Rádio Marumbi, desta Capital, e, ontem, ao terminarmos o programa que é diário, recebíamos um telefonema do diretor daquela emissora, e dizendo-se determinado por quem de direito, a produção do programa não deveria, na abertura ou no encerramento daquele, dizer que a apresentação e produção era do Deputado Benedito Lúcio Machado, como vinha fazendo.

É de se perguntar: É pecado também, para a Revolução, ser Deputado deste País?

O Deputado precisa esconder a sua identidade política?

Afinal de contas, se assim continuar, quando andarmos na rua, se alguém gritar — "Deputado" — nós teremos que correr, porque a palavra, se não é pejorativa, é incriminativa. Tão incriminativa, a ponto de o diretor da empresa ser intimado, segundo ele, por quem de direito, para que a produção do programa, retirasse a expressão — Deputado Benedito Lúcio Machado.

Não se sabe mais e não se entende se neste País há alguma coisa de democracia, ou há tudo de ditadura. Nós estamos cansados de saber que aqui as palavras do Deputado, principalmente, quando se levanta em defesa dos interesses comuns do povo que é seu objetivo, a imprensa não divulga. E principalmente, se estas palavras foram contundentes às ações errôneas e constantes do Governo. E agora as rádios e emissoras, naturalmente as emissoras de televisão e outros meios de comunicação recebem também, sei lá, se é da Polícia Federal, se é do Dentel, se é do Contel ou de que organismo do Governo, autorização determinativa para que a produção de um programa que não tem nada com política e política não se faz, mas só porque é feito por um homem que ostenta um mandato político, a determinação que não se diga o nome de Deputado e sim o nome do produtor.

Não há meio termo, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tornou-se insustentável a situação deste País. Prendem-se estudantes; amordaçam-se os Parlamentares; violentam a Constituição; fecham o Congresso e criaram um amedrontamento tão grande neste País que se via, na expressão do Diretor da Rádio Marumbi, no momento em que conosco falava delicadamente, também

a expressão do medo. Chegando a acrescentar: "Deputado, pelo amor de Deus, acate o meu pedido porque do contrário eu poderei perder o meu capital que está sob o jugo do Governo e uma simples determinação do Governo poderá fechar a minha emissora".

Que País é este, meu Deus, onde a liberdade é cerceada, onde o empobrecimento é crescido; onde a violência é comandada por quem de direito não entende e direito não tem para comandar a violência, porque violência não há direito para a sua existência.

Ainda nesta tarde de ontem, centenas de prisões foram efetivadas em São Paulo, a estudantes que procuravam expressar seu sentimento de brasilidade. O jugo político permanece na cúpula dos mandantes e mandatários. E aqueles que ainda pensam em democracia, têm que sofrer aquilo que estamos sofrendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a triste decepção de ser brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto o Sr. Líder do MDB, se deseja ocupar o espaço reservado ao Partido. (MDB declina)

Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, se deseja ocupar a tribuna.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, o nobre Deputado Enéas Faria propôs uma verificação, no que pedia a manifestação desta Assembléia, para analisar possível crime de responsabilidade e omissão de parte do Sr. Governador do Estado, que não teria remetido a esta Assembléia, até o dia 15 de setembro, o Orçamento Plurianual de Investimentos.

Segundo, indicação proposta pelo nobre Deputado Enéas Faria, estava o Poder Executivo obrigado a enviar a esta Assembléia Legislativa até o dia 15 de setembro, o Orçamento Plurianual de Investimentos.

Para tanto, trouxe a colação, dois Diplomas Legais, exatamente, a Lei Estadual no. 5972, e a lei Estadual 6206.

A primeira, de agosto de 69, e a segunda, de julho de 1971, e indagava ao final a indicação:

"Diante do exposto, o Deputado que a subscreve, no uso de suas atribuições, propõe a presente indicação, buscando manifestação da Assembléia Legislativa sobre:

Decorrendo o prazo em que trata a Lei no. 6206, de 13/07/71, sem que até a presente data tenha o Poder Executivo enviado à Assembléia Legislativa, o Orçamento Plurianual de Investimentos, que sanção cabe ao Governo ou é ele passível de responsabilidade.

2. — Remetendo o Orçamento Plurianual em data à frente da de hoje, como procederá a Assembléia Legislativa para recuperar o tempo que lhe foi subtraído pelo Executivo.

E, finalmente, se caberia face à omissão da lei, fixar dispositivos que impõem clara e efetivamente a responsabilidade de sanções ao Poder Executivo, desde que o mesmo já exista em relação ao Legislativo, a quem ainda é vedada a iniciativa desta Lei".

Passo a responder.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Luiz Roberto, permita-me, rapidamente, tentar fazer um reparo em dois, apenas em dois aspectos que V. Exa. falou até agora.

Em primeiro lugar, levantada a questão, não segundo este Deputado, mas segundo a legislação em vigor.

Segundo. Não teria o Governador remetido? Não, o Governador não remeteu. Apenas isso, Deputado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Tais premissas não alterarão, data; vênha, nobre Deputado, a explicação que será feita.

O Sr. Enéas Faria — Perfeitamente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mas, na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a legislação obriga e confere ao Governo, a remeter no primeiro ano, o Plano do Orçamento Plurianual de Investimentos. E tem evidentemente, fundamento lógico, não poderia o Governo, propor mais que dois Orçamentos Plurianuais de Investimentos, porque se isso ocorresse, evidentemente, o segundo alcançaria um período de governo, que já não era mais aquele detido pelo titular que remeteu o primeiro Orçamento Plurianual de Investimentos.

Admiti, portanto, que se o Governo do Estado remetesse a esta Assembléia até o dia 15, próximo passado, um novo Orçamento Plurianual de Investimentos, este seria para abranger os anos de 1978/79 e 80, portanto, alcançaria dois anos, que o titular já não seria mais o mesmo.

Portanto, não está o Governo obrigado a remeter orçamentos plurianuais de investimentos, a não ser no primeiro ano do mandato do Governador que tenha remetido.

Tem o aparte o Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. inova, para mim inova na matéria com o raciocínio que está a estender da tribuna. Tenho entendimento contrário, parece-me que se obriga por lei, que se obriga por plano de governo, o Executivo, a elaborar o orçamento plurianual. Pretende V. Exa. trazer à tona, um outro aspecto, que me parece inteligente, me parece interessante, e parece também que devamos nos debruçar sobre isso, para melhor estudando a questão, analisar este problema.

De outra feita, todos os governos anteriores ao do Sr. Jayme Canet Júnior, todos os governos que passaram pelo Paraná, após a vigência desta lei, todos eles, planejaram, para a frente. Todos eles elaboraram plurianuais para o Governo seguinte. O próprio Governador Jayme Canet Júnior, recebeu do seu antecessor, a planificação montada para parte do seu Governo. Evidentemente, que poderia, com nova ótica e com nova política e com novas prioridades, reformular, como reformulou, a planificação anterior. Mas me parece — e essa tem sido a tônica que se tem cantado, não só no Paraná mas no Brasil inteiro. É de que as grandes vantagens do Governador nomeado, do Governador ungido, do governador de gabinete, a grande vantagem é a de que a planificação é permanente, é contínua, é perpétua e não há solução de continuidade.

Parece-me que entre o raciocínio de V. Exa. e tudo aquilo que diz o seu Partido e que diz a Revolução, e que dizem os Governos, há um distanciamento muito grande.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Deputado, não milita a favor desta tese, nenhum argumento de ordem lógica. Não faria sentido a cada ano, o governo fazer um plano trienal, porque os orçamentos plurianuais evidentemente têm alcance para apenas três anos. Não faria nenhum sentido, a cada ano, o Governo remeter um novo plurianual, sob pena de desfigurar inteiramente o que com ele se pretendia inovar em matéria de técnica administrativa, de planejamento.

Na realidade, é possível que V. Exa. tenha razão no sentido de que os governos anteriores adotassem esse procedimento de a cada ano, remeter novos orçamentos plurianuais de investimentos. Todavia, esta, evidentemente, não é a melhor técnica. E esta não tem sido a técnica contemplada pelo Governo Federal que, evidentemente, dispõe de um excelente "know-how" em termos de planejamento. Que, diga-se de passagem, é um esforço que vem se fazendo no Brasil desde a inauguração do DASP, passando, sucessivamente por vários estágios, e acabando de receber melhor configuração quando o Ministro, o economista Celso Furtado que elaborou o seu famoso Plano Trienal de Governo, posteriormente com a criação do Ministério do Planejamento, se institucionalizou no País, a Tecla do Planejamento.

De qualquer maneira, é hoje corrente de que a melhor interpretação, a melhor técnica de que o Governo encaminhe apenas um Orçamento Plurianual de Investimentos, que é

exatamente que ele vai alcançar aquele em que ele ainda tem o comando do Poder Executivo.

Mas, além desse argumento, parece-me decisivo...

**O Sr. Enéas Faria** — V. Exa. permite outro aparte? (Assentimento).

Eu não sei se existiria razão, a lógica que V. Exa. expõe. Porque, a ser assim e a não se elaborar o plurianual, porque viria abarcar parte da administração futura, saindo do campo de atuação do governante atual, não haveria também porquê, eminente Deputado, se elaborar o Orçamento anual, do último ano de Governo.

No último ano de governo — e fará isso, Sr. Deputado.

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — Mas aí, Sr. Deputado, a hipótese é diferente.

**O Sr. Enéas Faria** — Não é diferente. Apenas um tem a obrigação constitucional e tipifica o crime de responsabilidade, se não o fizer. E o outro não tem. Parece-me que reside aí a diferença.

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — O outro é completamente diferente. Porque se o Governo no último ano do seu mandato não elaborar o orçamento, é evidente que o próximo não teria nem condições de manejar o essencial, em termos de administração. Ao passo que o orçamento plurianual de vencimento, é um sistema de planejamento a longo prazo. É completamente diferente. Tanto é assim que V. Exa. não trouxe à colação de sua indicação a Lei número 6842, de 02 de dezembro de 76, a qual no seu artigo 4º, parágrafo segundo, assim dispõe: — “Os valores concernentes aos exercícios de 78, a Lei 6.842, foi exatamente a que aprovou o Orçamento Plurianual de investimentos, para o triênio, 1977-1979.

Pois bem, esta lei, no seu artigo 4º, parágrafo 2º, dispõe que os valores concernentes aos exercícios de 1978 e 1979, em cada projeto em atividade, serão ajustados, por intermédio dos orçamentos anuais respectivos, em função dos níveis gerais de preços, deduzindo-se os de desempenho obtidos nos programas a que os mesmos se refiram.

E no parágrafo 3º, assim estatui:

“Observadas as disposições do Art. 33, parágrafo 2º da Constituição Estadual, a composição dos programas de trabalho dos órgãos em termos de projetos e atividades, poderá ser alterada nos exercícios de 78 e 79, por ocasião da elaboração das propostas do orçamento anual. Figurando os ajustamentos nas programações de investimento de entidades de administração indireta, que se acham desobrigados à inclusão do orçamento etc. etc.”

Então, esta lei teve o cuidado de conferir ao Governo do Estado a possibilidade de reajustar o orçamento plurianual aprovado através desta lei, que já me referi, que é a 6842.

Isto posto, Srs. Deputados, resulta que o Governo do Estado não remeterá a esta Assembléia o Orçamento Plurianual de Investimento. Apenas embutirá no orçamento anual os ajustes e reajustes que se fizerem necessários através de um anexo que será acompanhado quando do envio do orçamento anual a esta Assembléia...

**O Sr. Enéas Faria** — Deputado Luiz Roberto Soares, em suma...

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — Finalizando, a indicação muito embora demonstre, mais uma vez, o propósito de V. Exa. no sentido de resguardar as prerrogativas deste Poder, não têm melhor sorte outra vez, porque, na realidade, não incorre o Governo em nenhuma ilegalidade e muito menos em nenhuma omissão de ordem administrativa. Não remeterá o Governo nenhum orçamento plurianual porque está vigindo ainda o orçamento plurianual de investimento que já foi aprovado por esta Assembléia. Apenas embutirá e acoplará no orçamento anual os reajustes que se fizerem necessários, autorizados devidamente pela lei a que já me referi.

Tem a palavra V. Exa.

**O Sr. Enéas Faria** — Interessante a expressão que V. Exa. usa

para definir a proposição que fiz ontem. Falta a ela, mais uma vez, melhor sorte. Eu diria que falta melhor sorte ao Estado do Paraná diante do Governo que aí está.

Mas Deputado...

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — Esta é a opinião subjetiva de V. Exa.

V. Exa. tem direito de a manifestar. Não é a minha opinião, lamentavelmente, mas tenho a certeza de que algum dia nós haveremos de concordar.

**O Sr. Enéas Faria** — Respeito, Deputado. Em suma, a posição do Poder Executivo é definitiva. Não remeterá a esta Casa o Orçamento Plurianual por entender que não há obrigação legal de fazê-lo e porque não há interesse de planificação em razão do que já está posto aí. Não o fará nem este ano, e não o fará também no próximo ano.

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — Fará, nobre Deputado, quando julgar necessário, desde que...

**O Sr. Enéas Faria** — O que o Poder Executivo não pode é jogar com o seu próprio humor, pensando, entendendo que esta Casa, que o Estado do Paraná, estejam para aplaudir e para engolir tudo o que de lá venha. A posição do Governo deve ser definitiva. Se entende que não deve mandar, não manda. Mas seu raciocínio é este, não manda porque não quer planificar para a frente, não manda agora e nem manda depois.

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — Mas V. Exa., data vênha, pretende enfocar por um plano completamente diverso do que propõe em sua indicação.

O que estou pretendendo demonstrar, e entendo ter demonstrado, é de que o Governo do Estado já remeteu um Plano Plurianual de Investimentos que está vigindo e está ainda com seus efeitos para serem alcançados. Não há necessidade, é um problema de conveniência administrativa a remessa ou não do Orçamento Plurianual, porque V. Exa. sabe que é obrigatoriedade do Governo de elaborar um Orçamento Plurianual de Investimento, é apenas no primeiro ano de seu mandato.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que dispunha já se esgotou e lhe concede mais dois minutos para concluir.

**O SR. LUIZ ROBERTO SOARES** — Muito obrigado.

Enfim conclusivamente, está o Governo perfeitamente enquadrado no que dispõe a legislação que rege esta matéria, e não tem portanto, cabida esta indicação de vez que não cometeu, repito, o Governo, nenhuma ilegalidade e muito menos uma omissão no seu direito e no seu dever de governar.

Reafirmo à Casa que o Governo não remeterá o Orçamento Plurianual de Investimento por ser desnecessário e, apenas, fará os ajustes e reajustes que se fizerem necessários, embutidos no Orçamento Anual que virá a esta Casa nos próximos dias, conforme é dispositivo legal que respalda tal posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)** — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei número 98/77, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mariópolis”, com sede na cidade do mesmo nome. — APROVADO.

Redação do Projeto de Lei número 98/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mariópolis”, com

sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 211/77, Mensagem número 49/77, ex-Proposição número 194/77, aprova convênio e respectivos termos aditivos celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de ensino supletivo e o Estado do Paraná, através de sua Secretaria competente, objetivando implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 211/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Ficam aprovados o termo de convênio celebrado em 20 de novembro de 1975, e respectivos termos aditivos datados de 11/05/76 e 21/06/76, entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Supletivo e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, via Ensino Supletivo, em exercício nas quatro primeiras séries do primeiro grau, abrangendo toda a área geográfica do Estado.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 239/77, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 405/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Assaí, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual "Barão do Rio Branco". — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 239/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 19 de abril de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Assaí, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 240/77, Mensagem número 69/77, ex-Proposição número 412/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 240/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado

em 01 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 241/77, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 421/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Toledo, objetivando execução de obras de reparos nos prédios do Grupo Escolar e do Ginásio Estadual, da sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 241/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23 de maio de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Toledo, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Luiz Augusto Moraes Rego e o Ginásio Estadual Dario Veloso, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 242/77, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 422/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Londrina, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 242/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 22 de abril de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Escola de Aplicação Isolde Julieta Andretta, a Escola Normal Romeu Barbosa de Souza e o Colégio Comercial Ary J. Dresch, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro - Presidente; Lineu Turra - Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 243/77, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 428/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio do Colégio Estadual, Delegacia de Polícia e Cadeia, Escola Normal e Núcleo Social, da sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 243/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado

em 05 de maio de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Colégio Estadual, a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, a Escola Normal e o Núcleo Social, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 244/77, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 432/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Umuarama, objetivando reparos em próprios estaduais, onde funcionam o Colégio Estadual, a Escola Normal e o Colégio Estadual, da sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 244/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de maio de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios, onde funcionam o Ginásio Estadual Bento Mussurunga, a Escola Normal Maria Montessori e o Colégio Estadual, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 245/77, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 433/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Dom Bosco" e o Ginásio Estadual "Arthur Bernardes". — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 245/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 10 de maio de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Dom Bosco e o Ginásio Estadual Arthur Bernardes, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro — Presidente; Lineu Turra — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 246/77, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 437/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de obras de reparos no prédio da Unidade Escolar de Primeiro Grau, na sede daquele referido município. APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução nº 246/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de maio de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária de Primeiro Grau, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 248/77, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 453/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Enéas Marques, objetivando execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar "Visconde de Mauá", e do Grupo Escolar "Enéas Marques", na sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 248/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 24 de junho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Enéas Marques, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Visconde de Mauá, do Distrito de Nova Esperança e o Grupo Escolar de Enéas Marques, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 249/77, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 458/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Grupo Escolar "Willian Ransdorf", da sede do referido município. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 249/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 03 de junho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Moreira Salles, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e o Grupo Escolar Willian Ransdorf, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO

Presidente

LINEU TURRA

Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 250/77, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 463/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Planalto, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "Duque de Caxias", localizado na sede daquele município. — APROVADO.

**Redação Final do Projeto de Resolução número 250/77**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 24 de junho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Planalto, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Duque de Caxias, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 251/77, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 469/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ubiratã, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Quitino Bocaiúva, a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária e a Escola Amazonas, na sede daquele município. — APROVADO.

**Redação Final do Projeto de Resolução número 251/77**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 15 de junho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ubiratã, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Quintino Bocaiúva, a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária e a Escola Amazonas, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 252/77, Mensagem número 93/77, ex-Proposição número 474/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Iporã, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

**Redação Final do Projeto de Resolução número 252/77**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 19 de julho de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Iporã, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à diretoria do BAMERINDUS, pelo 25º aniversário de fundação do referido estabelecimento de crédito. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo

pelo 25º aniversário de fundação do Banco Bamerindus do Brasil S/A. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações referente ao número de acidentes de trânsito ocorridos no Estado, correspondente ao ano imediatamente anterior ao início da rigorosa fiscalização que estabeleceu velocidade máxima de 80 km horários nas rodovias. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar uma série de providências em benefício ao Município de Mauá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de louvor, ao naturalista Eládio Del Rosal, executor do Projeto de Preservação e Fiscalização da Fauna, da Coordenadoria de Defesa dos Recursos Naturais Renováveis, da Secretaria de Agricultura, pelas providências que adotou em relação à apreensão, por pescadores de Guaratuba, de uma tartaruga gigante. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar à Secretaria dos Transportes, o asfaltamento do prolongamento da Avenida Souza Naves em direção à BR-376, em Paranavaí. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo-lhes seja encaminhada, em tempo hábil, mensagem propondo aumento de vencimentos aos funcionários públicos estaduais, a fim de que sejam implantados nas folhas de janeiro de 1978, bem como sejam expedidos decretos majorando as gratificações de representação de gabinete. — APROVADO.

O SR. ERNESTO GNOATO — Pela ordem, Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, far-se-á a verificação de votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — APROVADO.

O SR. ERNESTO GNOATO — Pela ordem, Sr. Presidente, requerio novamente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferida a questão de ordem.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Não há quorum para deliberação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 70/77, 80/77, 87/77, 91/77 e de Resolução números 263/77, 264/77, 265/77, 266/77, 267/77, 268/77, 269/77, 270/77, 271/77, 272/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 273/77, 274/77, 275/77, 277/77, 278/77, 279/77, 281/77, 282/77, 283/77, 284/77, 285/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 123/75, 38/77, 43/77, 75/77, 76/77, 89/77 e 101/77.

Levanta-se a sessão.

**PORTARIAS:**

## PORTARIA NÚMERO 696/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9184, de 20 de setembro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

designar o funcionário LEÔNIDAS ANTÔNIO RODRIGUES DIAS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Alfredo Gulin, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 697/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8381, de 26 de agosto de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

designar o funcionário LUIZ LIMA, matrícula número 504, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Osório Valter Pietrângelo, do Movimento Democrático Brasileiro.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 698/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8381, de 26 de agosto de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

I — revogar a Portaria número 351/77, de 09 de maio de 1977, que autorizou o funcionário LUIZ LIMA, matrícula número 504, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, a partir de 20 de setembro de 1977; e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Osório Valter Pietrângelo, a partir de 20 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 699/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8531, de 30 de agosto de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário JOÃO ALBERTI ANDRETTA, matrícula número 476, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para 01 a 30 de novembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 700/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9147, de 19 de setembro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder ao funcionário MYRIAN CORREIA MONTANHA TEIXEIRA, matrícula número 439, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 14 de setembro de 1977, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 701/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9124, de 19 de setembro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder ao funcionário ORLANDO MORO, matrícula número 133, ocupante do cargo de nível PL "13", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 703/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8916, de 13 de setembro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

designar o funcionário TABAJARA MARTINS, matrícula número 073, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços como Motorista, no Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 01 de agosto do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 702/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8936, de 14 de setembro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para 19 de setembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, matrícula número 368, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

## DECRETOS LEGISLATIVOS:

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 626/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7895, de 12 de agosto de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de HILTON RONALD ALICE, matrícula número 044, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1975 e 1976, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o

Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 31 de janeiro de 1973 e 30 de janeiro de 1977, data antecipada em razão da incorporação de seu segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1974, 1975, 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 625/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8295, de 24 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público, de CLÉIA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula número 261, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 13 de outubro de 1971 e 13 de dezembro de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 624/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8476, de 30 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo número 495/77, de 29 de junho de 1977, que concedeu licença especial de três (03) meses, à funcionária NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula número 082, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de setembro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 623/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8261, de 23 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — tornar sem efeito, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 423/77, de 01 de junho de 1977, que mandou contar, novamente, por equívoco, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, matrícula número 102, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, eis que já haviam sido contadas através do Decreto Legislativo número 290/77, de 02 de maio de 1977;  
II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei número 6174, a partir de

09 de agosto de 1977, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 622/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7314, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

nomear, em face de habilitação em concurso, DOROTI DA CUNHA WOLKMER, para exercer o cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 621/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7314, de 01 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

promover os funcionários abaixo relacionados, da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

Para o nível PL "26":

AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES — Mat. 079.

Para o nível PL "25":

HELENA REGINA STEPHAN — Mat. 076.

Para o nível PL "24":

MARIA DO ROSÁRIO MARQUES — Mat. 064.

Para o nível PL "23":

LEONOR HILGERT MORAES — Mat. 078.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 620/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8060, de 18 de agosto de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

tornar sem efeito, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 357/77, de 11 de maio de 1977, que mandou contar, novamente, por equívoco, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ TÁQUINIO ISFER, matrícula número 125, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1975 e 1976, eis que já haviam sido contadas através de Decreto Legislativo número 118/77, de 18 de março de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 611/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8163, de 22 de agosto de 1.977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder nos termos do Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de GILBERTO FELIX DA SILVA, matrícula número 100, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o seguinte:

1)- acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, correspondente ao quarto quinquênio (20 anos) de efetivo serviço público, a partir de 22 de agosto de 1.972, obedecida a prescrição quinquenal; e,

2)- acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 01 de junho de 1.976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 612/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7935, de 15 de agosto de 1.977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, a MARIA MOREIRA MACENO, matrícula número 220, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 07 de setembro de 1.976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Artigo 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 613/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7729, de 09 de agosto de 1.977, deste Poder,

## RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula número 106, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 10 de dezembro de 1.953 a 26 de outubro de 1.963, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1.962 (28 dias), contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, nos termos do Artigo 170, da citada Lei número 6174, a partir de 14 de julho de 1.976, data em que, em virtude da incorporação do primeiro decênio, completou vinte e cinco anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 614/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8072, de 18 de agosto de 1.977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, a MARIA HERCÍLIA CAMARA CONTER, matrícula número 426, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 28 de julho de 1.977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Artigo 170, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1.977.

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 615/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7878, de 11 de agosto de 1.977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, a GILBERTO DAROS, matrícula número 517, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 20 de fevereiro de 1.977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Artigo 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 616/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8260, de 23 de agosto de 1.977, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Artigo 150, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Artigo segundo, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de CARMEM APARECIDA FREGONEZE, matrícula número 098, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 617/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7705, de 09 de agosto de 1.977, deste Poder,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Artigo segundo, da Lei número 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de RUI FERRAZ DE CARVALHO, matrícula número 017, ocupante do cargo isolado de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Deznoe de Dezembro", em 23 de setembro de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSE DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 618/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8637, de 01 de setembro de 1.977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — revogar a pedido o Decreto Legislativo, número 381/77, de 19 de maio de 1977, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2a. Secretaria, o funcionário LUIZ LIMA, matrícula número 504, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 31 de agosto de 1.977.

II — designar o funcionário JOSÉ OSWALDO DE ALMEIDA GARCIA REDONDO, matrícula número 165, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2a. Secretaria, percebendo as vantagens inerentes, a partir de 31 de agosto de 1.977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 619/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4287, de 12 de maio de 1.977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Artigo 150, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Artigo segundo, da Lei número 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, e Parecer número 5.719, do G.A.T., em favor de MANRIQUE GÂNDARA FILHO, matrícula número 032, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 248, da mesma Lei número 6.174, ao seu acervo de serviço público, do tempo de hum (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre trinta (30) de abril (04) de 1.962 e trinta (30) de abril (04) de 1972;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Artigo 248, da mesma Lei número 6.174, ao seu acervo de serviço público, do tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 3o. (terceiro) quinquênio, compreendido entre 30 de abril de 1.972 e 1o. de janeiro de 1.976, data antecipada em virtude da incorporação de seu 1o. (primeiro) decênio e das férias referentes aos anos de 1.974 e 1.975, contadas em dobro; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei número 6.174, a partir de 21 de abril de 1.975, data que, em virtude da incorporação correspondente ao 1o. decênio, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1.977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário